

## AS MULHERES NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

ANTÔNIO DAVI VAZ LIMA<sup>1</sup>; CARMEN JANAINA BATISTA MACHADO<sup>2</sup>; DANIEL VAZ LIMA<sup>3</sup>; CATIA GRISA<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – antoniodv.lima@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – carmemachado3@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – dvlima.vaz@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – catiagrisa@yahoo.com.br - Orientadora

### 1. INTRODUÇÃO

Criado em 2003 pelo Governo Federal no âmbito do Projeto Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover a segurança alimentar no país. Em termos gerais, o programa compra alimentos de agricultores familiares e os destinam a pessoas em situações de insegurança alimentar, atendidas pela rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, organizações socioassistenciais, rede pública e filantrópica de ensino e por estoques públicos destinados a ações de abastecimento social ou venda. Este programa tem ganhado crescente legitimidade política e social no contexto nacional e internacional, sendo referência para a construção de programas similares em outros países, como o PAA África, implementado em cinco países deste continente.

Dando continuidade a várias pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o Programa, o presente estudo propõe analisar a participação das mulheres no PAA, atentando para a participação das agricultoras que produzem e comercializam para o programa, assim como a participação das mulheres nas entidades beneficiárias, inseridas aqui como voluntárias do programa e beneficiárias. Tendo como campo de pesquisa a região de Pelotas, Rio Grande do Sul, este estudo insere-se no âmbito de dois projetos de pesquisa, sendo eles: “Novas possibilidades para as mulheres do campo: o caso das unidades familiares de produção de base ecológica no extremo Sul do Brasil e na Andaluzia, Espanha” e “Governança e performance do PAA: um estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte”, sendo este último financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

### 2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho foram adotados diversos procedimentos metodológicos. Em um primeiro momento foram realizadas revisão bibliográfica referente ao tema, levantamento de dados secundários (PAA Data) e análise do quadro normativo do Programa. O segundo momento envolveu a realização de estudo de caso na região de Pelotas, mais especificamente nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul<sup>1</sup>, onde foram realizadas

---

<sup>1</sup> A escolha destes municípios se deu em função da trajetória longínqua de execução do PAA, o que fornece subsídios para avaliar principalmente a sustentabilidade dos processos sociais, econômicos e organizativos desencadeados pelo Programa.

entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares, pescadores, quilombolas e assentados da reforma agrária, que participam do PAA ao longo dos anos ou que já participaram em determinados períodos. Também foram realizadas entrevistas com as entidades beneficiárias com os alimentos, consumidores finais, gestores locais e outros mediadores importantes na execução do Programa. Este conjunto de documentos e informações ainda está em análise, cujos alguns resultados preliminares são apresentados neste trabalho.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos que abordam as dinâmicas do mundo rural apontam para dimensões simbólicas que constituem os espaços sociais do homem e da mulher na unidade familiar, no qual o trabalho da mulher está voltado para a casa e seu entorno, ou seja, a esfera do consumo, e o trabalho do homem ao espaço da lavoura, a esfera da produção. (Heredia, 1979; Maia, 2004, Woortmann e Woortmann, 1997). Estudos indicavam que as características do PAA, principalmente das modalidades de compra com doação simultânea, poderiam ter relação direta com as formas de trabalho e os produtos produzidos pelas mulheres rurais, tendo em vista que permitiam a

“inclusão de um conjunto de produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao “autoconsumo”, à “subsistência” e ao “quintal”, cultivados em áreas próximas a casa ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais. Alguns deles já eram vendidos pelas mulheres, mas numa escala menor e com mais dificuldades, como as aves e ovos, as hortaliças (bastante incluídas no PAA e em vários casos estimuladas por ele), os produtos do extrativismo (frutas, castanhas, pescados, frutos do mar). (...) Essas modalidades permitem incluir ainda produtos processados no âmbito doméstico (doces, conservas, queijos, embutidos, panificados) (...)”. (Siliprandi e Cintrão, 2014, p. 119).

No entanto, apesar da significativa inclusão de produtos tidos como da esfera feminina no programa, principalmente nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea, o percentual de mulheres registradas formalmente nos contratos como fornecedoras é inferior ao trabalho feminino investido na produção e entrega de produtos para o PAA (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011)<sup>2</sup>. Dentre os fatores levantados nos dados pelas autoras supracitadas é recorrente o argumento de que o “anonimato” das mulheres está relacionado a uma “questão cultural”, em que, em virtude de a mulher estar voltada para o espaço doméstico e o homem para os espaços públicos, o projeto de comercialização para o PAA é elaborado em nome do homem, o representante da família. Ademais, contribuem para esta situação a falta de documentação pessoal, a ausência de dupla titularidade na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP-documento necessário para acessar o programa), ausência de documentação em nome das mulheres

---

<sup>2</sup> Como resultado da pesquisa desenvolvida pelas autoras, em 2011 a Coordenação Nacional do PAA publicou a Resolução nº 44 de 2011, determinando condições específicas ao que se refere a participação de mulheres no programa. O qual ficou estabelecido como critério prioritário a participação de mulheres na seleção dos projetos enviados ao PAA para todas as modalidades. A resolução também garante que 5% dos recursos do programa sejam destinados a organizações constituídas 100% por mulheres ou grupos mistos compostos por mais de 70% de mulheres. E de acordo com a modalidade do programa acessada passa a ser exigida a comprovação de no mínimo 30% a 45% de integrantes mulheres nas organizações proponentes.

(título da terra), e dificuldades de infraestruturas recorrentes a elas e a outros grupos sociais do meio rural.

Visando modificar este cenário, mudanças normativas realizadas em 2011 passaram a exigir percentuais mínimos de participação das mulheres nos projetos do PAA, bem como passaram destinar parte do orçamento especificadamente para organizações de mulheres (Brasil, Grupo Gestor do PAA, 2011). Ainda que precisem ser investigadas as mudanças que estes normativos provocam no cotidiano, no espaço doméstico, na sociedade e no empoderamento das mulheres, a não existência destes contribuía para inviabilizar o trabalho e a atuação das mulheres. Pesquisa exploratória realizada na região de Pelotas/RS indica que, não raro, as mulheres são reconhecidas como protagonistas no “espaço da produção” para o PAA e algumas delas tem uma participação atuante no “espaço de decisão do Programa”. Todavia, relatos nos indicam que as mudanças normativas foram acompanhadas, em grande medida, apenas por modificações burocráticas (a proposta de comercialização da família passa a ser “encabeçada” pelo nome da esposa) sem ampla discussão sobre as relações de gênero no programa e na sociedade.

Durante a realização da pesquisa de campo, tem sido recorrente a pouca ou nenhuma participação das mulheres agricultores nas entrevistas, mesmo com perguntas direcionadas a elas, que afirmavam não saber responder ou aferiam respostas curtas devolvendo a fala para o marido. Em outros casos as mulheres permaneciam trabalhando na lavoura ou na horta e o marido era quem recebia a equipe. Nas conversas informais com estas agricultoras correntemente era enfatizada a longa jornada de trabalho, no qual muitas assumem sozinhas o trabalho na propriedade, cabendo aos maridos o espaço da comercialização (feiras, entregas dos produtos etc.) e a participação em reuniões. Nos relatos de homens que estão à frente de cooperativas/organizações sociais, também é afirmado que são as esposas/mulheres que mantêm a produção, tanto para o consumo como para a comercialização. Mas, também, percebe-se avanços como o exemplo de duas agricultoras que assumiram a coordenação do seu grupo de produção e são elas que participam de reuniões, que realizam as entregas de alimentos na cidade.

Na outra ponta do programa estão as entidades beneficiárias, na qual a participação das mulheres é predominante, tanto das voluntárias nas comunidades que organizam a distribuição dos alimentos, como das beneficiárias. Ao que se refere às entidades, principalmente as religiosas, na grande maioria as coordenadoras e voluntárias são as mulheres, líderes comunitárias, donas de casa e aposentadas que se dedicam ao trabalho voluntário na comunidade.

Selecionados a partir de critérios estipulados pela secretaria de assistência social do município ou organizações articuladas para executar o PAA, os beneficiários do Programa majoritariamente são as mulheres que possuem o nome no cadastro e que se deslocam até as comunidades para retirar a cesta. Um dos critérios para ser incluído no programa é estar no Cadastro Único dos programas do Governo Federal, principalmente ser beneficiária do programa Bolsa Família, do qual obrigatoriamente é cadastrado o nome da mulher e titular do cartão. Como a maioria dos beneficiários recebem Bolsa Família é mantido o nome das mulheres no cadastro. O fato de geralmente ser a mãe a responsável pelo preparo das refeições da família também é um fator que impulsiona as mulheres a procurarem a assistência social e se inscreverem para receber a cesta de alimentos. Não raro, estas mulheres possuem um número elevado de filhos,

baixa escolaridade, uma parcela já possui idade avançada, outras são oriundas da agricultura e no espaço urbano não conseguiram se colocar no mercado de trabalho.

#### 4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa evidenciou que as mulheres têm uma participação importante na PAA, seja na esfera da produção, seja no consumo, ou ainda na intermediação entre as “duas pontas”. Contudo, esta participação é pouco evidente nos projetos e nos espaços públicos de discussão do programa. Mudanças normativas neste sentido foram realizadas no período recente. Pesquisas já observaram incremento na participação das mulheres agricultoras nos contratos. No entanto, é preciso maiores investigações para analisar o quanto este incremento e visibilidade numérica têm repercutido em um aumento da participação real das mulheres e em que medida contribui para uma maior sensibilidade para as questões de gênero em todo o espaço de governança do programa.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 163p.

MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, p.89-103, 2004.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/nepa/san.php?pag=san\\_vol\\_18\\_2\\_artigo\\_2.php](http://www.unicamp.br/nepa/san.php?pag=san_vol_18_2_artigo_2.php)>. Acesso em 12 jul. 2014.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** Brasília: MDS, 2014. P. 114-151.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Ed. UNB, 1997. 192p.